

AVISO

O Diretor Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Marcel da Silva Lima, no uso das atribuições:

Considerando a Resolução nº 400/2021-CNJ, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando a necessidade de promover a padronização das aquisições no âmbito deste Poder, de forma a atender a referida Resolução;

AVISA a todas as unidades responsáveis pela elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico neste Poder, que devem incluir em tais instrumentos item específico que trate de critérios de sustentabilidade.

Considerando o § 2º, art. 22 do referido normativo, sugerimos que seja utilizado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Controladoria Geral da União/CGU, disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guiasustentabilidade>

Recife, 18 de outubro de 2022.

MARCEL DA SILVA LIMA

Diretor Geral

AVISO

A Diretoria Geral do TJPE informa que no dia 21/10/2022 (sexta-feira) a equipe de TELECOM da SETIC realizará a troca da central telefônica, atendendo à migração da telefonia do contrato PEConectado-1 para o PEConectado-2.

Em razão das atividades técnicas, os ramais do Fórum Thomaz de Aquino ficarão inoperantes durante todo o dia 21/10/22 (sexta-feira), sendo restabelecidos até o dia 24/10/22 (segunda-feira).

Recife, 18 de outubro de 2022.

MARCEL DA SILVA LIMA

Diretor Geral

Republicado por haver saído com incorreção quanto ao prédio no DJe de 17/10/2022, pg. 49.

PORTARIA Nº 07 - DG

Altera a Portaria nº 02, de 15 de fevereiro de 2022, que delega a execução de atos administrativos as Secretarias vinculadas a Diretoria Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

O Diretor Geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º O Artigo 1º da Portaria nº 02, de 02 de fevereiro de 2022, publicada no DJE de 15 de fevereiro de 2022, passa a vigorar acrescido dos incisos XXVII a XXX, com a seguinte redação:

.....

“XXVII – Receber e decidir pedidos de declaração de estabilidade provisória de servidores;

XXVIII – Autorizar a redução de jornada de trabalho para servidor;

XXIX – Autorizar o afastamento de servidores para participação em curso de formação;

XXX – Receber e decidir pedido de desaverbação de tempo de serviço de servidores.”